



Porto do Pecém Geração de Energia S.A.

CNPJ/MF nº 08.976.495/0001-09

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2017

www.edp.com.br

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2017

Senhores Acionistas:

Em atendimento às obrigações legais estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas as Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, nos colocamos à disposição para esclarecimentos adicionais.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM

(Em milhares de reais)														
ATIVO		Nota	31/12/2017	31/12/2016	PASSIVO		Nota	31/12/2017	31/12/2016					
Circulante														
Caixa e equivalentes de caixa		4	29.582	131.278	Fornecedores	14	149.513	186.235						
Concessionárias		5	342.282	204.044	Impostos e contribuições sociais	6	7.273	10.312						
Impostos e contribuições sociais		6	73.203	72.469	Debêntures	15	4.007	3.349						
Estoques		9	82.485	105.212	Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	16	125.672	125.189						
Cauções e depósitos vinculados		10		10.366	Encargos Setoriais	17	9.269	7.405						
Outros créditos		11	24.368	66.979	Provisões	18	2.195	1.305						
Total do Ativo Circulante			551.920	590.348	Ressarcimento por indisponibilidade	19	73.864	122.663						
Não circulante														
Impostos e contribuições sociais		6	4.655	4.599	Outras contas a pagar	11	8.598	8.447						
Tributos diferidos		7	479.562	517.858	Total do Passivo Circulante		380.391	464.905						
Cauções e depósitos vinculados		10	377	347	Não circulante									
Outros créditos		11	16.537	23.021	Debêntures	15	327.351	326.580						
			501.131	545.825	Empréstimos e financiamentos	16	1.332.544	1.414.221						
Imobilizado		12	3.192.920	3.239.865	Encargos Setoriais	17	5.537	4.284						
Intangível		13	5.719	8.240	Provisões	18	9.988	13.459						
			3.198.639	3.248.105	Ressarcimento por indisponibilidade	19	21.493	60.456						
			3.699.770	3.793.930	Outras contas a pagar	11	279	20						
					Total do Passivo Não circulante		1.697.192	1.819.200						
					PATRIMÔNIO LÍQUIDO									
					Capital social	20.1	3.007.811	3.007.811						
					Prejuízos acumulados		(833.704)	(907.458)						
					Total do Patrimônio líquido		2.174.107	2.100.353						
					TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO									
							4.251.690	4.384.278	4.251.690	4.384.278				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)								
		Nota	2017	2016			2017	2016
Receitas		21	1.705.760	1.192.675				
Custo da produção e do serviço de energia elétrica		22						
Custo do serviço de energia elétrica	(315.667)	(122.049)						
Custo da produção da energia elétrica	(763.679)	(599.527)						
Custo de operação	(303.813)	(171.803)						
			(1.383.159)	(893.379)				
			322.601	299.296				
Lucro bruto								
Despesas e Receitas operacionais		22						
Despesas gerais e administrativas	(16.503)	(18.689)						
Outras despesas e receitas operacionais	(3.619)	65.910						
			(20.122)	47.221				
			302.479	346.517				
Resultado antes de resultado financeiro e tributos								
Resultado financeiro		23						
Receitas financeiras	12.617	163.479						
Despesas financeiras	(203.046)	(551.248)						
			(190.429)	(387.769)				
			112.050	(41.252)				
Resultado antes dos tributos								
Tributos sobre o lucro		24						
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(38.296)	11.679						
			(38.296)	11.679				
			73.754	(29.573)				
Resultado líquido do exercício								
Resultado por ação atribuível aos acionistas		25						
Resultado básico/diluído por ação (reais/ações)	0,02452	(0,01270)						
ON								
	As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.							

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)								
		2017	2016			2017	2016	
Geração do valor adicionado		2.022.442	1.494.582					
Receita operacional		1.897.384	1.337.472					
Receita relativa à construção de ativos próprios		123.488	90.591					
Outras Receitas		1.570	66.519					
(-) Insumos adquiridos de terceiros		(1.352.916)	(820.491)					
Custos da energia comprada		(271.215)	(65.933)					
Encargos de uso da rede elétrica		(79.307)	(73.397)					
Materiais		(87.903)	(51.208)					
Matéria-prima e insumos para produção de energia elétrica		(763.679)	(599.527)					
Serviços de terceiros		(83.457)	(93.795)					
Outros custos operacionais		(67.355)	63.369					
Valor adicionado bruto		669.526	674.091					
Retenções								
Depreciações e amortizações		(164.595)	(157.874)					
Valor adicionado líquido produzido		504.931	516.217					
Valor adicionado recebido em transferência								
Receitas financeiras		14.308	164.928					
Valor adicionado total a distribuir		519.239	681.145					
Distribuição do valor adicionado								
Pessoal								
Remuneração direta		31.298	29.736					
Benefícios		7.424	6.038					
FGTS		2.111	1.856					
Impostos, taxas e contribuições								
Federais		153.173	88.145					
Estaduais		42.606	30.122					
Municipais		311						
Remuneração de capitais de terceiros								
Juros		203.046	551.248					
Aluguéis		5.516	3.573					
		445.485	710.718					
Lucro líquido/Prejuízo do exercício		73.754	(29.573)					
		519.239	681.145					
	As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.							

NOTAS EXPLICATIVAS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

1 Contexto operacional

A Porto do Pecém Geração de Energia S.A. (Companhia ou Porto do Pecém), sociedade anônima de capital fechado, controlada direta da EDP - Energias do Brasil S.A. (EDP - Energias do Brasil), com sede na cidade de São Gonçalo do Amarante no Estado do Ceará, tem como principal objeto social a realização de estudos, projetos, construção, instalação, operação comercial, manutenção e exploração da usina térmica denominada Pecém I (UTE Pecém I) e a prática de atos de comércio em geral, relacionados a essas atividades, incluindo a geração e a comercialização de energia e capacidade elétrica, a intermediação na compra e venda de energia e capacidade elétrica, seja no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE ou de outro foro regulamentado por lei.

1.1 Autorização - UTE Pecém I

A Companhia, conforme Portaria do Ministério de Minas e Energia - MME nº 226 de 27 de junho de 2008, possui autorização para a construção e operação de uma usina termelétrica a carvão mineral, instalada no Complexo Industrial e Portuário do Pecém - CIPP, Estado do Ceará, com capacidade instalada de geração de 720,3 MWm. Esta autorização vigorará pelo prazo de 35 anos, sem previsão de prorrogação na legislação atual.

As principais características da usina são:

Usina Termelétrica	Estado	Modalidade	Outorga	Capacidade Instalada		Energia Assegurada		Prazo de autorização	
				(MWm) (*)	(MWm) (*)	Início	Término		
UTE Porto do Pecém I	CE	Produtor Independente	Autorização	720,3	645,3	01/07/2008	01/07/2043		

(*) Não auditado pelos auditores independentes

Em 16 de outubro de 2007, a Companhia comercializou 615 MWm no leilão A-5 por meio de Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEARs no Ambiente de Contratação Regulado - ACR, pelo prazo de 15 anos. O preço estabelecido no leilão foi de R\$125,95 por MWh, reajustado anualmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA.

A primeira unidade geradora da UTE Pecém I, com capacidade instalada de 360 MWm, começou a fornecer energia ao Sistema Interligado Nacional - SIN em 15 de outubro de 2012, em caráter de testes, sendo que, em 1º de dezembro de 2012, foi recebida autorização da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL para iniciar a operação comercial. A segunda unidade geradora recebeu em 10 de maio de 2013 autorização da ANEEL para iniciar a operação comercial com capacidade instalada restrita a 240 MWm, ficando a Companhia responsável por recompor o lastro até a capacidade plena de 360 MWm. Em 29 de junho de 2013 a segunda unidade obteve êxito em disponibilizar ao SIN a sua capacidade operacional plena.

Na exploração da UTE Pecém I a Companhia terá ampla liberdade na direção de seus negócios, incluindo medidas relativas a investimentos, pessoal, material e tecnologia, observadas as prescrições da autorização do MME, da legislação específica, das normas regulamentares e das instruções e determinações do Poder Concedente e da ANEEL.

2 Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia estão preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e estão em conformidade com as *International Financial Reporting Standards* - IFRS, emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB e legislação específica emanada pela ANEEL, quando esta não for conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado - DVA, preparada de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

A Diretoria da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 24 de janeiro de 2018.

2.2 Práticas contábeis

As práticas contábeis relevantes da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

2.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e determinados ativos e passivos financeiros foram mensurados ao valor justo.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

Na elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais, é requerido que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente, exceto quanto ao valor recuperável que é revisada conforme critérios detalhados na nota 2.6.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)					
		2017	2016		
Resultado líquido do exercício			73.754	(29.573)	
Outros resultados abrangentes					
Hedge de fluxos de caixa			89.741	(30.511)	
Imposto de renda e contribuição social diferidos					
Resultado abrangente do exercício			73.754	29.657	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)								
		Nota	2017	2016			2017	2016
Fluxo de caixa das atividades operacionais								
Resultado antes dos tributos sobre o Lucro			112.050	(41.252)				
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais								
Depreciações e amortizações			164.595	157.874				
Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixados			8.359	675				
Ganhos e perdas na alienação de bens e direitos				(66.468)				
Encargos de dívidas e variações monetárias sobre empréstimos, financiamentos e debêntures			196.176	407.763				
Provisões (reversões) e atualizações monetárias cíveis, fiscais e trabalhistas			45	1.443				
Provisões para licenças ambientais - atualização monetária e AVP			435	853				
Encargos setoriais - provisão e atualização monetária			7.730	6.161				
Impostos e contribuições sociais - atualização monetária			(1.601)	(33)				
Provisão (reversão) - Ressarcimento por indisponibilidade			25.533	(75.018)				
Operações de hedge - carvão			2.103					
Outros			528	4.882				
			515.953	396.880				
(Aumento) diminuição de ativos operacionais								
Concessionárias			(138.238)	199.526				
Impostos e contribuições sociais compensáveis			(126.382)	(86.068)				
Estoques			22.727	(73.449)				
Cauções e depósitos vinculados			10.336	9.994				
Outros ativos operacionais			46.992	(42.499)				
			(184.565)	7.504				
Aumento (diminuição) de passivos operacionais								
Fornecedores			(36.722)	(207.103)				
Outros tributos e contribuições sociais			124.154	69.704				
Encargos Setoriais			(4.613)	(6.349)				
Provisões			(3.589)	(4.532)				
Ressarcimento por Indisponibilidade			(113.295)	(26.464)				
Outros passivos operacionais			410	(6.991)				
			(33.655)	(181.735)				
Caixa proveniente das atividades operacionais			297.733	222.649				
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais			297.733	168.502				
Fluxo de caixa das atividades de investimento								
Reccebimento de caixa por indenização de seguros				51.750				
Adições ao Imobilizado e Intangível			(123.488					

**NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

A Administração revisou seus ativos e passivos financeiros e espera o seguinte impacto da adoção da nova norma a partir de 1º de janeiro de 2018:
 (i) No que se refere ao novo modelo de *impairment* para ativos financeiros, a Administração não espera impacto na adoção desta norma em Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD na rubrica de Concessionárias.
 (ii) Em relação à classificação e mensuração dos ativos financeiros, a Companhia identificou uma alteração de classificação nas rubricas relacionadas abaixo. A Administração acredita que a alteração na classificação não impactará a mensuração dos itens não havendo, assim, impacto nos lucros acumulados.
 (iii) Em relação à contabilidade de *hedge*, as novas regras não impactarão a Companhia devido a ausência desta modalidade de instrumento financeiro.

CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento Mercantil (com efeito a partir de 1º de janeiro de 2019)
 Em dezembro de 2017 foi emitido o CPC 06 (R2), em correlação à norma IFRS 16, que introduziu novas regras para as operações de arrendamento mercantil. O objetivo é garantir que arrendatários e arrendadores forneçam informações relevantes de modo que representem fielmente essas transações. O CPC 06 (R2) requer que os arrendatários passem a reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, porém foram criadas isenções opcionais para arrendamentos de curto prazo e de baixo valor. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O CPC 06 (R2), em geral, deverá ser aplicado retrospectivamente a partir de 1º de janeiro de 2019 e substituirá CPC 06 (R1) - Operações de Arrendamento Mercantil (IAS 17) e correspondentes interpretações.

Esta norma irá impactar o registro das operações de arrendamento mercantil operacional que a Companhia possui em aberto. Conforme descrito na nota 28.1, a Companhia possui R\$90.756, ajustados a valor presente, em compromissos com arrendamento mercantil operacional, que estão contemplados no escopo da referida norma. No entanto, a Administração ainda não avaliou quais outros ajustes, se houver, são necessários, por exemplo, com o tratamento diferente de pagamentos de arrendamento variável e de opções de extensão e rescisão. Por consequente, ainda não é possível estimar o montante dos ativos de direito de utilização e os passivos de locação que terão de ser reconhecidos na adoção da nova norma e como isso pode afetar o resultado das demonstrações financeiras e a classificação dos fluxos de caixa futuros.

Revisão de Pronunciamentos Técnicos do CPC nº 12/17 (com efeito a partir de 1º de janeiro de 2018)
 O documento estabelece alterações a interpretações e Pronunciamentos Técnicos, principalmente, em relação a: (i) Edição do CPC 47; (ii) Edição do CPC 48; (iii) Alteração na classificação e mensuração de transações de pagamento baseado em ações do CPC 10; (iv) Alteração na transferência da propriedade para investimento do CPC 28; e (v) Alterações anuais procedidas pelo IASB do Ciclo 2014 - 2016. A Administração acredita que esta revisão não gerará efeitos relevantes nos montantes reportados nas demonstrações financeiras.

ICPC 21 - Transações em Moeda Estrangeira e Adiantamento (com efeito a partir de 1º de janeiro de 2018)
 Esta interpretação esclarece que a data da transação, para determinar a taxa de câmbio a utilizar no reconhecimento inicial do item relacionado ao pagamento ou adiantamento, deve ser a data em que a entidade reconhece inicialmente o ativo ou passivo não monetário decorrente da contraprestação antecipada. Caso haja múltiplos pagamentos ou adiantamentos, a entidade deve determinar a data da transação para cada pagamento ou recebimento. A Administração acredita que esta interpretação não gerará efeitos relevantes nos montantes reportados nas demonstrações financeiras.

2.7.3 Normas e interpretações revisadas, já emitidas pelo CPC, adotadas pela Companhia e sua controlada a partir de 1º de janeiro de 2017
Revisão de Pronunciamento Técnico do CPC nº 10/16
 A revisão estabeleceu alterações ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa e CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, em decorrência de esclarecimentos feitos pelo IASB sobre passivos decorrentes de atividade de financiamento e o reconhecimento de ativos fiscais diferidos sobre perdas não realizadas, respectivamente. Em relação ao CPC 03 (R2), a Companhia introduziu uma divulgação adicional que permite uma avaliação sobre as mudanças ocorridas nos passivos decorrentes das atividades de financiamento (Nota 27.1). Em relação ao CPC 32, a revisão não refletiu impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

3 Eventos significativos no exercício

3.1 Encargo Hídrico Emergencial - EHE
 Conforme descrito na nota 18.1.2.1.1, a Companhia ingressou com ação judicial perante a ANEEL requerendo o recálculo do Custo Variável Unitário - CVU considerando a cobrança do EHE. Em maio de 2017 a Companhia obteve antecipação da tutela favorável em relação à ação judicial e, mediante a decisão, reconheceu o direito de repasse do custo integral do EHE no CVU impactando a receita líquida em contrapartida do contas a receber.
 A antecipação de tutela também determinou a suspensão da aplicação, por parte da ANEEL, de qualquer penalidade por eventual redução e/ou interrupção da geração de energia da usina em virtude de problemas com o fornecimento de água, impedindo qualquer tipo de suspensão de pagamento da receita fixa a que Companhia tem direito nos termos dos CCEARs.
 Adicionalmente, em 11 de agosto de 2017, o Governo do Estado do Ceará emitiu o Decreto nº 32.305/17 informando que o valor da tarifa de contigência pelo uso dos recursos hídricos será cobrado enquanto perdurar a vigência do Ato Declaratório nº 01/2015/SRH, ou seja, o encargo hídrico emergencial está prorrogado por tempo indeterminado.
 A Companhia recebeu os seguintes montantes relativos ao EHE: (i) R\$32.188 em outubro de 2017, relativo às competências de setembro de 2016 a maio de 2017; e (ii) R\$10.663 em novembro de 2017, relativo às competências de junho a agosto de 2017. O montante a receber relativo às competências de setembro a dezembro de 2017 no valor de R\$14.607 (Nota 5.1), assim como os próximos repasses, serão recebidos regularmente a partir de 2018.

3.2 Ministério de Minas e Energia - MME abre consultas públicas para remodelagem do setlor elétrico
 Em 03 de julho de 2017 o MME abriu para processo de consulta pública (nº 32/2017), o relatório "Princípios para Reorganização do Setor Elétrico Brasileiro". O documento apresenta princípios para o aprimoramento da estrutura legal, institucional e regulatória do setor. Adicionalmente, em 05 de julho de 2017, o MME disponibilizou a consulta pública nº 33/2017 em que apresenta diversas medidas das quais destacam-se: o ajuste legal na autoprodução, ajustes na formação de preço, redução dos limites para acesso ao mercado livre, redução de custo na transmissão e geração, separação do lastro de energia, novas diretrizes para fixação de tarifas, e medidas para afastar a judicialização no setor.
 As referidas consultas públicas receberam contribuições até os dias 2 e 17 de agosto, respectivamente, sendo o Grupo EDP - Energias do Brasil elaborador de profundos estudos e simulações, que contam com a participação de mais de 60 colaboradores, universidades, centros de pesquisa e ainda uma consultoria externa, Bain & CO, para atuar de maneira propositiva e abrangente, resultando em oito volumes de contribuições, compostos pela visão do Grupo para a reforma do setlor elétrico brasileiro, seis notas técnicas temáticas e um caderno jurídico.
 Com as mudanças propostas, espera-se um ambiente de negócios mais dinâmico, com expansão do mercado livre e liberdade de escolha dos clientes, sinais de preço que induzam eficiência, inserção da tecnologia na gestão dos equipamentos de rede e de produção, a expansão da oferta com mecanismo sustentável e paga por todos os agentes, e mais racionalidade econômica aos subsídios. Todos esses resultados tendem a trazer eficiência e agregar valor ao Grupo EDP - Energias do Brasil.

O Governo Federal está trabalhando na preparação de uma Medida Provisória ou de um Projeto de Lei, com vistas a implementar as demais alterações propostas na consulta pública.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2017	31/12/2016
Bancos conta movimento	5.016	45.133
Aplicações financeiras		
Fundos de investimento	24.566	86.145
Total	29.582	131.278

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço que equivalem ao valor justo. As aplicações financeiras possuem opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade.

Essas aplicações financeiras estão remuneradas a taxas que equivalem à 91,00% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. O cálculo do valor justo das aplicações financeiras é baseado nas cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de papéis similares.
 Conforme políticas da Administração, as aplicações são consolidadas por contraparte e por *rating* de crédito de modo a permitir a avaliação de concentração e exposição de risco de crédito. Esta exposição máxima ao risco também é medida em relação ao Patrimônio Líquido da Instituição Financeira. A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 26.

5 Partes relacionadas

Além dos contratos de mútuo a pagar para a controladora (Nota 16), os demais saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Companhia com sua controladora, profissionais chave da Administração e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do exercício, são apresentados como segue:

Relacionamento	Preço praticado (R\$/MWh)	Duração	Ativo		Passivo		Resultado Operacionais		Recursos Financeiros			
			Circulante 31/12/2017	Não circulante 31/12/2016	Circulante 31/12/2017	Não circulante 31/12/2016	2017	2016	2017	2016		
Concessionárias (Nota 5)												
Suprimento de energia elétrica												
EDP São Paulo	Controle comum	Receita Fixa + CVU	27/08/2008 a 31/12/2026	8.678	5.539	-	-	53.776	43.271	-		
EDP Espírito Santo	Controle comum	Receita Fixa + CVU	01/01/2012 a 31/12/2026	5.358	3.420	-	-	33.201	26.716	-		
				14.036	8.959			86.977	69.987			
Fornecedores (Nota 14)												
Suprimento de energia elétrica												
EDP Comercializadora	Controle comum		01/01/2016 a 31/12/2017		2.896	12.723	6.866	(264.915)	(55.973)			
Enerpeixe	Controle comum	83,43	01/07/2016 a 31/07/2016						(2.483)			
Enerpeixe	Controle comum	114,58	01/08/2016 a 31/08/2016						(4.322)			
Enerpeixe	Controle comum	82,18	01/02/2017 a 28/02/2017					(4.867)				
Lajeado	Controle comum	40,66	01/01/2016 a 31/01/2016						(121)			
Cachoeira Caldeirão	Controle comum	113,58	01/08/2016 a 31/08/2016						(2.113)			
Prestação de serviços (b)												
Pecém OM	Controle comum em conjunto		Indeterminado			26	3.974	(5.378)	(4.787)			
Pecém TM	Controle comum em conjunto		Indeterminado			2.376	2.524	(35.946)	(33.246)			
EDP Comercializadora	Controle comum		01/07/2017 a 31/12/2021			18		(18)				
				-	2.896	-	15.143	13.364	-	(311.124)	(103.045)	
Ressarcimento por indisponibilidade (Nota 19)												
EDP São Paulo	Controle comum	PLD	27/08/2008 a 31/12/2026			2.163	1.592	769	2.164	(914)	1.318	
EDP Espírito Santo	Controle comum	PLD	27/08/2008 a 31/12/2026			905	983	475	1.336	(564)	201	
				-	-	-	3.068	2.575	1.244	3.500	(1.478)	1.519
Outros créditos e Outras contas a pagar (Nota 11)												
Prestação de serviços - Backoffice (a)												
Pecém TM	Controle comum em conjunto		01/05/2015 a 01/05/2020	3.199	2.154			1.315	1.320			
Pecém OM	Controle comum em conjunto		01/05/2015 a 01/05/2020	1.138	931			568	570			
Mabe	Controle comum em conjunto		01/05/2015 a 01/05/2020	1.231	777			474	476			
Devolução - Prêmio de seguro												
EDP - Energias do Brasil	Controladora		31/12/2016				33			24	9	
Adiantamento a fornecedores (b)												
Pecém TM	Controle comum em conjunto		Indeterminado				2.213					
Pecém OM	Controle comum em conjunto		Indeterminado				3.676					
Contratos de Compartilhamento de Atividades e Alocação de Gastos (c)												
EDP - Energias do Brasil	Controladora		01/01/2017 a 31/12/2017					89	(3.356)			
Opções de ações outorgadas da controladora (Nota 8.1.1)												
EDP - Energias do Brasil	Controladora		15/06/2016 a 18/06/2022					190	20	(170)	(20)	
Prestação de serviços (b)												
EDP Portugal	Controladora indireta		Indeterminado			1.151	945	(206)	(945)			
				5.568	3.862	5.922	1.151	945	279	20	(1.375)	1.425
				19.604	15.717	5.922	19.362	16.884	1.523	3.520	(227.000)	(30.114)

As operações com partes relacionadas foram estabelecidas em condições compatíveis com as de mercado.

As garantias concedidas e os avais recebidos do acionista estão descritos na nota de Garantias (Nota 28.2). Em 26 de janeiro de 2016 foi emitida a Resolução Normativa ANEEL nº 699 que apresentou novos critérios para os atos jurídicos entre partes relacionadas. Considerando a publicação da referida resolução, que revogou a Resolução Normativa ANEEL nº 334/08, os contratos assinados anteriormente à sua publicação poderão sofrer alterações quando das suas renovações.

a) Prestação de serviços - Backoffice

Os contratos, com previsão de vigência de 60 meses contados a partir de 1º de maio de 2015, tem por objeto as seguintes prestações de serviços: (i) Pecém OM e Pecém TM: compras, contratação e importação, financeiro, contábil, tesouraria, serviços legais, de almoxarifado e administrativos em geral; e (ii) Mabe: financeiro, contábil e serviços legais.

Os valores anuais originais a serem pagos pela Pecém OM, Pecém TM e Mabe, a serem atualizados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC são, respectivamente, R\$541, R\$1.251 e R\$451.

b) Prestação de serviços e Adiantamento de Fornecedores

Os contratos relacionados abaixo não necessitam ser submetidos à anuência prévia da ANEEL, pois as partes não eram delegatárias do serviço público de energia elétrica, conforme estabelecido na Resolução Normativa nº 334/08, que regulamentava os atos e negócios jurídicos entre partes relacionadas. Estes contratos podem requerer adiantamentos a serem abatidos dos pagamentos quando da realização dos serviços.

Pecém OM

O contrato tem por objetivo a prestação de serviços técnicos especializados em engenharia de segurança do trabalho e medicina ocupacional, engenharia ambiental, relacionamento e comunicação com comunidades.

Pecém TM

O contrato tem por objetivo a prestação de serviços de transporte de minério de carvão a granel por meio dutoviário, utilizando uma correia transportadora do complexo portuário até a usina, além do serviço de manutenção do sistema de descarregamento e operação do pátio de carvão.

EDP Comercializadora

O contrato tem como objetivo a prestação de serviços na gestão de contratos de energia, processos de contratação de energia, suporte técnico nas análises da compra de energia, na necessidade de compras futuras e orientação do processo de compra, definições de estratégias, elaboração de edital, análise técnica e financeira das propostas e no acompanhamento de todas as obrigações junto a CCEE.

EDP Portugal

O contrato refere-se a prestação de serviços para intermediação da compra do carvão.

c) Contratos de Compartilhamento de Atividades e Alocação de Gastos: A partir de 1º de janeiro de 2017, a EDP - Energias do Brasil, controladora da Companhia, é responsável pela contratação do Contrato de Compartilhamento de Atividades e Alocação de Gastos que contemplam as atividades das áreas corporativas. O contrato foi anuído pela ANEEL por meio do Despacho nº 3.278, publicado em 23 de dezembro de 2016, e aprova o compartilhamento de recursos humanos entre a EDP - Energias do Brasil e as partes relacionadas EDP São Paulo, EDP Espírito Santo, EDP Comercializadora, Energest, Investo, Lajeado, Santa Fé, EDP PCH e Porto do Pécem.

O contrato tem data de vigência a partir de 1º de janeiro de 2017, com prazo de vigência de 12 meses, e foi implementado utilizando o critério regulatório definido na Resolução Normativa ANEEL nº 699/16. O novo critério aloca os gastos com pessoal de maneira proporcional ao Ativo Imobilizado Bruto (AIB), ponderado por um fator definido para cada segmento (transmissão, distribuição e geração), excluídos os gastos da *holding* e da comercializadora, que são compartilhados de forma preditiva.

Considerando a proximidade do fim da vigência do contrato supracitado, em 22 de novembro de 2017 foi protocolado pedido de anuência prévia junto à ANEEL para o novo Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos a ser pactuado entre as mesmas partes relacionadas já participantes. Tal contrato possuirá vigência para os períodos de 2018 e 2019 e, atualmente, encontra-se em análise pela ANEEL.

8.1 Remuneração dos administradores

8.1.1 Opções de ações outorgadas da controladora

Em maio de 2016 e em julho de 2017, a controladora EDP - Energias do Brasil instituiu, respectivamente, o primeiro e o segundo plano de remuneração baseado em ações, com características semelhantes, os quais concedem outorga futura de suas ações aos seus beneficiários. Dentre os contemplados, encontram-se diretores estatutários da Companhia, sendo estimado no resultado de 2017 da mesma o montante de R\$170 (R\$20 em 2016) a ser reembolsado para a controladora no momento da outorga. Os montantes estimados apenas serão considerados como remuneração da diretoria estatutária no quadro abaixo quando da efetiva outorga das ações da controladora.

A outorga das ações serão concedidas quando do cumprimento de determinadas condicionantes no prazo estimado de 3 ou 5 anos a partir do início de cada plano.

8.1.2 Remuneração total da Diretoria Estatutária pagos pela Companhia referente aos exercícios findos em 31 de dezembro

	Diretoria Estatutária	
	2017	2016
Remuneração (a)	1.449	1.579
Benefícios de curto prazo (b)		39
Benefícios - Previdência Privada	67	31
Total	1.516	1.649

(a) É composta pela remuneração fixa e variável (bônus e participação nos resultados), além dos respectivos encargos sociais.

(b) Representa os benefícios com assistência médica e odontológica, subsídio medicamento, vales alimentação e refeição e seguro de vida.

5 Concessionárias

Suprimento de energia elétrica	Nota	31/12/2017	31/12/2016
Energia de curto prazo	5.1	254.157	187.311
Total	5.2	88.125	16.733
		342.282	204.044

Os saldos de Concessionárias são reconhecidos ao valor justo, pelo valor futuro, e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, ajustados ao valor presente e deduzidas das reduções ao valor recuperável, quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 o saldo de Concessionárias é totalmente vincendo. O recebimento do Suprimento de energia elétrica ocorre em três vencimentos, cada um equivalente a um terço do valor mensal, sendo: (i) o primeiro vencimento até o dia 20 do mês subsequente; (ii) o segundo vencimento até o dia 30 do mês subsequente; e (iii) o terceiro vencimento até o dia 10 do segundo mês subsequente. Considerando que os recebíveis possuem vencimento máximo em 40 dias, a Administração entende não ser necessário efetuar ajuste a valor presente dos montantes a receber de Concessionárias.

Conforme requerido pelo CPC 38, é efetuada uma análise criteriosa do saldo de concessionárias e, quando necessário, é constituída uma Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD, para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos. Não foi constituída PECLD uma vez que a Companhia não possui saldos vencidos a receber em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

A exposição da Companhia a riscos de crédito está divulgada na nota 26.2.3.

5.1 Suprimento de energia elétrica

A variação no exercício no montante de R\$66.846 deve-se, principalmente: (i) ao valor de R\$14.607 referente ao EHE a receber das competências de setembro a dezembro de 2017 (Nota 3.1); e (ii) ao valor de R\$52.239 referente ao aumento do despacho termoeletrificado realizado pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, frente ao cenário hidrológico desfavorável durante o exercício de 2017.

5.2 Energia de curto prazo

A variação no exercício no montante de R\$71.392 é decorrente, substancialmente, do aumento do volume da energia vendida em relação à 2016 de cerca de 180%, aliado ao aumento do PLD médio de R\$335,33 em 2017 comparado a R\$173,42 em 2016.

Desde 04 de março de 2016 a Companhia possui liminar relativa ao processo nº 0051048-90.2015.4.01.3400 em trâmite na 1ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal determinando que incluí a União e a ANEEL não transfiram para as associadas da ABRAGET - Associação Brasileira de Geradoras Termelétricas, associação a qual a Companhia possui liminar, o ônus financeiro de quaisquer decisões judiciais que tenham limitado a incidência do fator de ajuste do *Generation Scaling Factor* - GSF (fator que mede o volume de energia gerado pelas hidrelétricas) em todas as liquidações realizadas pela CCEE, bem como se abstenham de lhes aplicar qualquer sanção decorrente do GSF. A liminar permanece vigente até a presente data.

6 Impostos e contribuições sociais

	Saldo em 31/12/2016	Adição	Atualização monetária	Adiantamentos/ Pagamentos	Compensação de tributos	Reclassificações	Transferência	Saldo em 31/12/2017
Ativo - Compensáveis								
Imposto de renda e contribuição social	54.145	1.943	1.417		(5.043)	5.078		57.540
ICMS	2.894	22.864		(22.299)				3.459
PIS e COFINS	9.031	120.521					(120.225)	9.327
IRRFF sobre aplicações financeiras	6.523	1.942				(5.078)		3.387

NOTAS EXPLICATIVAS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

12 Imobilizado

Os ativos imobilizados são contabilizados pelo custo de aquisição e/ou construção acrescidos de impostos não recuperáveis sobre as compras e quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessária para o funcionamento, deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Também fazem parte do custo do imobilizado os custos de desmontagem e os juros relativos aos empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros, capitalizados durante a sua fase de construção, deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não aplicados.

O valor contábil dos bens substituídos é baixado, sendo que os gastos com reparos e manutenções são integralmente registrados em contrapartida ao resultado do exercício.

A base para o cálculo da depreciação é o valor depreciável (custo de aquisição, subtraídos do valor residual) do ativo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com a vida útil de cada unidade de adição e retirada, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas de depreciação utilizadas estão previstas na tabela XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE aprovadas pela Resolução Normativa nº 674 de 11 de agosto de 2015.

Para os imobilizados cujo o valor residual ultrapassa o prazo final da autorização, as taxas de depreciação são ajustadas para que todos os imobilizados sejam depreciados até a data de término da autorização.

12.1 Composição do imobilizado

	31/12/2017				31/12/2016			
	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado em serviço								
Geração								
Edificações, obras civis e benfeitorias	2,94	257.506	(35.651)	221.855	3,42	216.240	(28.535)	187.705
Máquinas e equipamentos	4,49	3.431.023	(721.131)	2.709.892	3,83	3.396.136	(568.724)	2.827.412
Veículos	14,29	1.098	(673)	425	14,29	1.098	(524)	574
		3.689.627	(757.455)	2.932.172		3.613.474	(597.783)	3.015.691
Sistema de transmissão de conexão								
Máquinas e equipamentos	2,50	25.883	(4.114)	21.769	2,50	24.740	(3.285)	21.455
		25.883	(4.114)	21.769		24.740	(3.285)	21.455
Administração								
Máquinas e equipamentos	8,81	3.735	(1.373)	2.362	9,94	2.663	(1.011)	1.652
		3.735	(1.373)	2.362		2.663	(1.011)	1.652
Total do imobilizado em serviço		3.719.245	(762.942)	2.956.303		3.640.877	(602.079)	3.038.798
Imobilizado em curso								
Geração		236.617	-	236.617		201.067	-	201.067
		236.617	-	236.617		201.067	-	201.067
Total do imobilizado em curso		236.617	-	236.617		201.067	-	201.067
Total do imobilizado		3.955.862	(762.942)	3.192.920		3.841.944	(602.079)	3.239.865

12.2 Movimentação do imobilizado

	Valor líquido Nota	Ingressos (Nota 12.2.1)	Transferência para imobilizado em serviço	Reclas- Valor líquido	
				Depreciações Baixas	sificações 31/12/2017
Imobilizado em serviço					
Edificações, obras civis e benfeitorias	187.705	-	41.266	(7.116)	221.855
Máquinas e equipamentos	2.850.519	-	37.421	(153.917)	2.734.023
Veículos	574	-	-	(149)	425
Total do imobilizado em serviço	3.038.798	-	78.687	(161.182)	2.956.303
Imobilizado em curso					
Terrenos	-	17.869	-	-	17.869
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.149	-	(41.266)	-	1.149
Máquinas e equipamentos	119.890	63.404	(37.421)	-	140.195
Adiantamento a fornecedores	51.583	-	-	(2.818)	1.645
Material em depósito	9	27.209	-	(5.160)	25.396
Outros	1.236	12.374	-	-	12.012
					1.598
Total do imobilizado em curso	201.067	122.388	(78.687)	- (7.978)	236.617
Total do imobilizado	3.239.865	122.388	-	(161.182) (7.978)	3.192.920

12.2.1 Ingressos

Terrenos

Em 14 de dezembro de 2017 a Companhia adquiriu da Rex Empreendimentos Imobiliários S.A. o terreno onde está situada a planta da UTE Pecém I. O montante pago de R\$17.869 foi composto por: (i) R\$17.100 referente ao valor do terreno; (ii) R\$427 referente a comissão por intermediação do negócio; e R\$342 referente ao Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis - ITBI.

Por consequência da aquisição do terreno, a Companhia deixa de ter a obrigação decorrente do contrato de arrendamento com término adjacente à autorização de operação da usina.

15 Debêntures

15.1 Composição do saldo de Debêntures

Agente fiduciário	Tipo de emissão	Quantidade de títulos	Valor nominal unitário	Valor total	Data da emissão	Vigência do contrato	Finalidade	Custo da dívida	Forma de pagamento	Garantias	31/12/2017		31/12/2016		
											Circulante	Principal	Circulante	Principal	
Simplifício Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	Instrução CVM nº 476/09	33.000	10	330.000	14/11/2016	14/11/2021	1ª emissão em conjunto ao BID	CDI + 2,95% a.a.	Principal anual a partir de novembro/2020 e juros semestral	Fiança Corporativa da EDP - Energias do Brasil	4.007	330.000	334.007	3.349	330.000
(-) Custos de emissão				(3.484)		14/11/2021			Amortização mensal				(2.649)	(2.649)	(3.420)
Total											4.007	327.351	331.358	3.349	326.580

As debêntures estão demonstradas pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

15.2 Movimentação das debêntures no exercício

	Saldo em 31/12/2016	Pagamentos	Juros provisionados	Transferências	Amortização do custo de transação	Saldo em 31/12/2017
Juros	3.349	(41.336)	41.994	-	-	4.007
Custo de transação	-	-	-	(771)	771	-
	3.349	(41.336)	41.994	(771)	771	4.007
Não circulante						
Principal	330.000	-	-	-	-	330.000
Custo de transação	(3.420)	-	-	771	(2.649)	327.351
Total	326.580	-	-	771	-	327.351

15.3 Vencimento das parcelas

	Vencimento	
	Circulante	Principal
2018	4.007	4.007
2020	162.708	-
2021	164.643	-
Total	327.351	331.358

A emissão de Debêntures feita pela Companhia não é conversível em ações e foi emitida de acordo com a Instrução CVM nº 476/09, ou seja, refere-se a oferta pública distribuída com esforços restritos.

As principais cláusulas prevendo a rescisão, estão descritas abaixo:

(i) ocorrência de: (a) liquidação, dissolução, extinção ou decretação de falência da Emissora e/ou Fiadora; (b) pedido de aut falência formulado pela Emissora e/ou pela Fiadora; (c) pedido de falência formulado por terceiros em face da Emissora e/ou da Fiadora e não devidamente solucionado por meio de depósito judicial e/ou elidido no prazo legal e/ou contestado pela Emissora e/ou pela Fiadora de boa fé, no prazo legal, nas hipóteses para as quais a Lei não exija depósito elisivo; (d) propositura, pela Emissora e/ou Fiadora, de plano de recuperação extrajudicial; (e) ingresso, pela Emissora e/ou pela Fiadora, em juízo com requerimento de recuperação judicial; ou (f) desde que caracterizem estado de insolvência, nos termos da legislação aplicável, eventos similares aos descritos nas alíneas (a) e (e) acima em outras jurisdições;

16 Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

16.1 Composição do saldo de Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

	Valor contratado	Data da contratação	Valor liberado	Vigência do contrato	Finalidade	Covenants	Custo da dívida	Forma de pagamento	Garantias	31/12/2017		31/12/2016		Total
										Circulante	Principal	Circulante	Principal	
Moeda nacional														
EDP - Energias do Brasil S.A.	150.000	24/09/2012	150.000	24/09/2012 a 31/12/2018	Contratos de mútuo	-	105% do CDI	Principal e juros com parcela única e final	-	118.992	150.000	268.992	93.549	150.000
BNDES	1.410.000	10/06/2009	1.402.000	09/07/2009 a 15/06/2026	Implantação da usina termelétrica Pecém I.	Índice de Cobertura do Serviço da Dívida maior ou igual a 1,20.	2,77% a.a. acima da TJLP	Principal e juros mensais	a. Penhor de ações; b. Fiança bancária; c. Cessão de direitos e contratos; d. Notas promissórias; e. Hipoteca; e f. Alienação de ativos.	3.924	121.907	914.303	1.040.134	4.329
(-) Custo de transação	(11.286)	10/06/2009	(11.286)	15/06/2026		-	-	-		(922)	(3.268)	(4.190)	(1.113)	(4.493)
										3.924	118.992	120.985	1.061.035	1.304.936
Moeda estrangeira														
Banco Caixa Geral de Depósitos	44.131	09/12/2016	44.131	09/12/2016 a 06/12/2019	Liquidação antecipada do financiamento junto ao BID	-	Liber 6M + 2,50% a.a.	Principal em parcela única no vencimento e Juros semestrais	Nota Promissória da EDP - Energias do Brasil	393	-	147.296	147.689	910
										393	-	-	147.296	147.689
Derivativos														
Banco Caixa Geral de Depósitos	-	09/12/2016	-	09/12/2016 a 06/12/2019	Hedge frente ao financiamento do Banco Caixa Geral de Depósitos	Swap	Liber 6M + 2,50% a.a. para CDI + 2,73% a.a.	Conforme fluxo de amortização de principal e juros da dívida protegida	-	370	-	-	5.221	5.591
										370	-	-	5.221	5.591
Total										4.687	118.992	120.985	1.213.552	1.458.216

Os empréstimos e financiamentos de moeda nacional são mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva. O empréstimo em moeda estrangeira e o respectivo Swap estão mensurados a valor de mercado.

16.2 Movimentação dos empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas no exercício

	Valor líquido em 31/12/2016	Pagamentos	Juros provisionados	Transferências	Ajuste a valor de mercado	Amortização do custo de transação	Variação monetária e cambial	Valor líquido em 31/12/2017
Principal	120.605	(121.307)	98.419	121.304	-	-	1.305	121.907
Juros	5.239	(99.507)	-	-	-	-	166	4.317
Custo de Transação	(1.113)	-	-	(1.225)	-	1.416	-	(922)
Swap	458	(13.791)	17.388	-	-	(3.685)	370	520
	125.189	(234.605)	115.807	120.079	-	1.416	(2.214)	125.672
Não circulante								
Principal	1.318.971	-	-	(121.304)	1.312	12.620	-	1.211.599
Juros	93.549	-	25.443	-	-	-	-	118.992
Custo de Transação	(4.493)	-	-	1.225	-	-	-	(3.268)
Swap	6.194	-	-	-	1.185	(2.158)	-	5.221
	1.414.221	-	25.443	(120.079)	2.497	-	10.462	1.332.544

16.3 Vencimento das parcelas

	Valor líquido em 31/12/2016	Pagamentos	Juros provisionados	Transferências	Ajuste a valor de mercado	Amortização do custo de transação	Variação monetária e cambial	Valor líquido em 31/12/2017
2018	120.605	(121.307)	98.419	121.304	-	-	1.305	121.907
2019	5.239	(99.507)	-	-	-	-	166	4.317
2020	(1.113)	-	-	(1.225)	-	1.416	-	(922)
2021	458	(13.791)	17.388	-	-	(3.685)	370	520
2022								
2023 até 2026								
Total	125.189	(234.605)	115.807	120.079	-	1.416	(2.214)	125.672

17 Encargos Setoriais

	Valor líquido em 31/12/2016	Pagamentos	Juros provisionados	Transferências	Ajuste a valor de mercado	Amortização do custo de transação	Variação monetária e cambial	Valor líquido em 31/12/2017
Pesquisa e desenvolvimento (P&D)	17,1	21	11.534	17.036	916	(14.833)	-	14.653
Outros encargos			155	1.841	-	(1.843)	-	153
Total	17,1	21	11.689	18.877	916	(16.676)	-	14.806

17.1 Pesquisa e desenvolvimento - P&D

Referem-se às obrigações a aplicar no programa de P&D registrado pela Companhia e são apurados nos termos da legislação setorial dos contratos de concessão de energia elétrica. A Companhia tem a obrigação de aplicar 1% da Receita operacional líquida ajustada em conformidade com os critérios definidos pela ANEEL, registrando mensalmente, por competência, o valor da obrigação. Esse passivo é atualizado mensalmente pela variação da taxa SELIC até o mês de realização dos gastos e baixados conforme sua realização. Os programas de P&D são regulamentados por meio das Resoluções Normativas ANEEL nº 316/08, aplicada até setembro de 2012, alterada pela Resolução Normativa nº 504/12. O saldo contempla a dedução dos gastos efetuados com os serviços em curso referentes à esses programas.

Máquinas e Equipamentos, Material em depósito e outros

Os ingressos nas referidas rubricas são decorrentes, substancialmente de dois fatores: (i) substituição das correias transportadoras da esteira que transporta o carvão e; (ii) manutenção programada das UG's 01 e 02.

SUOOS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

(ii) Ação em andamento: Ação Judicial promovida em face da ANEEL em 19 de dezembro de 2016, com vistas a ter garantido o equilíbrio econômico financeiro dos CCEARs, mediante repasse do EHE ao CVU. Em 31 de janeiro de 2017 foi indeferido o pedido de liminar. Em 3 de maio de 2017 a Companhia ingressou com um novo recurso requerendo nova apreciação onde foi proferida decisão deferindo a antecipação da tutela em favor da Companhia. Atualmente o processo aguarda sentença. Mediante os fatos, a Companhia reconheceu o direito de repasse do custo integral do EHE no CVU no montante de R\$33.390 impactando a receita líquida em contrapartida do contas a receber. Em 11 de agosto de 2017 foi promulgado pelo governo do estado de Ceará o decreto nº32.305/17 que prorrogou o encargo por prazo indeterminado.

Com base nas análises realizadas pelos nossos assessores, a ação é classificada com risco possível e, em 31 de dezembro de 2017, a ação possui o valor estimado total de R\$125.803 (R\$109.156 em 31 de dezembro de 2016) referente aos valores do encargo repassados ao CVU pela ANEEL.

18.1.2.1.2 Resolução CNPE n° 03/13

As empresas de geração do Grupo EDP - Energias do Brasil, por meio da Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica - APINE e da Associação Brasileira de Geração de Energia Elétrica - ABRAGEL, ajuizaram ação judicial visando a suspensão dos efeitos da Resolução CNPE nº 03/13, editada pela União, que instituiu rateio entre todos os agentes do mercado de energia elétrica de parte dos custos incorridos com a excessiva utilização de energia proveniente de fontes térmicas (petróleo, carvão e gás), em decorrência da escassez do regime de chuvas (Encargo de Serviço do Sistema - ESS).

Em 27 de maio de 2013 foi concedida liminar no âmbito das ações ordinárias em trâmite na 4ª Vara Federal do Distrito Federal, tornando sem efeito o disposto nos artigos 2º e 3º da Resolução CNPE nº 03/13, impedindo de incluí-las no rateio dos custos calculados conforme a referida resolução.

Em 05 de dezembro de 2014 foi proferida sentença de procedência, ratificando os termos da liminar. A União apresentou recurso, no qual foi negado pelo Tribunal Regional Federal - TRF em junho de 2016. Em 30 de janeiro de 2017 a União interpôs recurso especial. As contrarrazões foram protocoladas pela APINE em 04 de maio de 2017. Aguarda-se julgamento do recurso.

Baseados nos fatos e argumentos acima, os assessores jurídicos da Companhia classificaram o risco de perda como possível. O valor estimado em 31 de dezembro de 2017 é de R\$44.508.

18.1.2 Fiscalis

Refere-se a discussão judicial decorrente de Execução Fiscal nº 000.153777.2015.405.8100, que envolve o montante atualizado em 31 de dezembro de 2017 de R\$81.590 (R\$72.814 em 31 de dezembro de 2016), ajuizada pela União Federal, objetivando a cobrança de débitos de IRPJ e CSLL decorrentes da glosa de exclusões de determinadas receitas financeiras e variações cambiais ativas auferidas nos meses de janeiro, fevereiro e dezembro de 2009. A Companhia apresentou defesa e aguarda julgamento.

18.1.3 Risco de perda remota

Adicionalmente, existem processos de natureza cível em andamento cuja perda foi estimada como remota e, para estas ações, o saldo dos depósitos judiciais em 31 de dezembro de 2017 é de R\$313 (R\$346 em 31 de dezembro de 2016).

18.2 Licenças ambientais

Refere-se a provisões dos custos necessários para atribuição das licenças prévias, de instalação e de operação da UTE Pecém I, relativos às exigências efetuadas pelos órgãos competentes. Estes custos estão associados ao Projeto Básico Ambiental - PBA ou são adicionais a este, onde os principais itens são o reflorestamento de áreas, aquisição e regularização de áreas rurais e urbanas, recomposição e melhoria da infraestrutura viária, elétrica e sanitária e a implantação de unidades de conservação. O saldo desta provisão é reconhecido pela melhor estimativa e atualizado monetariamente com base no IGP-M.

A Companhia realizou o ajuste a valor presente sobre o saldo utilizando como desconto a taxa de 10,27% a.a., que representa a taxa média de financiamento do empreendimento.

Em 20 de janeiro de 2016 foi publicada, no Diário Oficial do Estado do Ceará, a renovação da Licença de Operação - LO referente à UTE Pecém I junto à Superintendência Estadual do Meio Ambiente - SEMACE. A nova LO (L.O. nº 1023/2015-DICOP-GECON) será válida até 16 de dezembro de 2018. Como condicionantes da LO, a Companhia deverá dar continuidade à determinados PBAs relacionados às licenças anteriores.

As licenças prévias e de instalação, obtidas na fase do planejamento e instalação do empreendimento, consecutivamente, foram reconhecidas como custo da usina, como máquinas e equipamentos, e depreciadas pela vida útil dessas máquinas. Já a licença de operação, obtida para a entrada em operação comercial da usina, foi reconhecida como ativo intangível e será amortizada pelo prazo que representa a vigência da licença.

A Companhia segue a abrangente legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal. Além do cumprimento desta legislação, que é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, a Companhia investe em ações socioambientais focadas no desenvolvimento sustentável.

Os custos associados a manutenção destas licenças permitem prevenir a ocorrência de impactos socioambientais contribuindo para a gestão dos riscos operacionais e regulamentares da Companhia.

Os desembolsos de natureza ambiental ocorridos durante o exercício foram de R\$15.243. Deste montante, R\$3.039 referem-se aos itens de manutenção da licença ambiental que já haviam sido provisionados e capitalizados e R\$12.204 são substancialmente relativos a gastos com tratamento de água, gestão de resíduos e proteção do ar e clima, em contrapartida do resultado do exercício na rubrica de Serviços de terceiros.

	Saldo em 31/12/2016	Pagamentos	Atualização monetária	Transferências	Ajuste a valor presente	Saldo em 31/12/2017
Circulante	1.305	(3.039)	383	3.571	(25)	2.195
Não circulante	3.494		(427)	(3.571)	504	-
Total	4.799	(3.039)	(44)	-	479	2.195

18.3 Desmantelamento

O montante em 31 de dezembro de 2017 de R\$8.898 (R\$8.700 em 31 de dezembro de 2016) refere-se à provisão de desmantelamento constituída para fazer face à responsabilidade relativa às despesas com a reposição dos locais e terrenos ocupados pela usina em seu estado original. Esta provisão foi calculada com base no valor atual das respectivas responsabilidades futuras e é registrada em contrapartida do Imobilizado (Nota 12). Anualmente, a provisão está sujeita a uma revisão de acordo com a estimativa das respectivas responsabilidades futuras.

O cálculo do valor da provisão foi efetuado a partir dos custos obtidos com entidades externas idôneas, projetado até o fim da autorização de funcionamento da usina, com atualização pelo IGP-M, e posteriormente calculado o valor presente dessa responsabilidade à taxa de desconto de 9,0% a.a. que representava a taxa de financiamento no momento do reconhecimento.

19 Ressarcimento por indisponibilidade

O saldo refere-se à provisão para ressarcimento dos períodos os quais a usina não estava disponível quando despachada pelo Operador Nacional do Sistema - ONS. A provisão é reconhecida pelo montante estimado referente à expectativa futura de ressarcimento ao sistema, com base na média móvel da indisponibilidade da usina dos últimos 60 meses incorridos. A reversão da provisão no exercício ocorre do aumento da disponibilidade operacional da usina.

Por se tratar de uma soma de fluxos de desembolsos futuros devidos pela usina pela sua indisponibilidade inferior à referência do leilão, a provisão pode variar positiva ou negativamente em função das variações na previsão: (i) do Fator de Indisponibilidade - FID, que representa a relação entre a média dos últimos 60 meses das indisponibilidades da usina pela sua disponibilidade de referência definida; e (ii) do Preço de Liquidação das Diferenças - PLD e do Custo Variável Unitário - CVU de 60 meses à frente, de maneira diretamente proporcional.

A movimentação da rubrica no exercício é a seguinte:

	Saldo em 31/12/2016	Provisão (Reversão)	Pagamentos	Saldo em 31/12/2017
Provisão (60 meses)	101.121	(67.555)		33.566
Ressarcimento	81.998	93.088	(113.295)	61.791
	183.119	25.533		95.357
Circulante	122.663			73.864
Não circulante	60.456			21.493

A redução no montante da provisão é reflexo da melhora operacional da UTE Porto do Pecém I, cuja desponibilidade média verificada no exercício de 2017 foi de 92%, superando a disponibilidade requerida no leilão de 90,14%.

20 Patrimônio líquido

20.1 Capital social

O Capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 é de R\$3.007.811 representado por 3.007.810.901 ações ordinárias, totalmente subscrito e integralizado, sendo a totalidade das ações nominativas e sem valor nominal, integralmente detidas pela EDP - Energias do Brasil. As ações ordinárias são classificadas como Capital social e deduzidas de quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações, quando aplicável.

21 Receitas

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que: (i) os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador; (ii) for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade; (iii) os custos associados possam ser estimados de maneira confiável; e (iv) o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. A receita com suprimento de energia elétrica é reconhecida com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso.

		MWh (*)		RS	
	Nota	2017	2016	2017	2016
Suprimento - Faturado		5.387.400	5.402.160	1.537.724	1.220.427
Receita fixa				767.280	717.617
Receita variável				770.444	502.810
Energia de curto prazo	21.1	471.042	168.047	357.303	114.679
Outras receitas operacionais				2.357	2.366
Receita operacional bruta		5.858.442	5.570.207	1.897.384	1.337.472
(-) Deduções à receita operacional					
ICMS				(16.961)	(13.800)
PIS/COFINS				(155.475)	(117.351)
ISS				(311)	
P&D	17.1			(17.036)	(11.788)
Outros encargos				(1.841)	(1.858)
				(191.624)	(144.797)
Receitas		5.858.442	5.570.207	1.705.760	1.192.675

(*) Não auditado pelos auditores independentes.

21.1 Energia de curto prazo

A variação na venda de energia no mercado de curto prazo é decorrente, principalmente, do resultado da estratégia da Companhia na gestão de riscos e do compromisso com a criação de mecanismos de proteção para minimizar os impactos da volatilidade do PLD. Desta forma, a Companhia adquiriu 426.939 MWh em contratos bilaterais que, posteriormente, foram liquidados no mercado de curto prazo.

22 Gastos operacionais

Os gastos operacionais são reconhecidos e mensurados: (i) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de PIS e COFINS, quando aplicável; (ii) com base na associação direta da receita; e (iii) quando não resultarem em benefícios econômicos futuros. Conforme requerido no artigo 187 da Lei nº 6.404/76, a Companhia classifica seus gastos operacionais na Demonstração do Resultado por função, ou seja, os gastos são segregados entre custos e despesas conforme sua origem e função desempenhada na Companhia.

Na segregação entre custos e despesas, são considerados os seguintes critérios: (i) Custo da operação e do serviço com energia elétrica: contempla os gastos diretamente vinculados à geração de energia elétrica, tais como, custo da matéria-prima consumida, compra de energia elétrica para revenda, encargos de transmissão, depreciação dos ativos da usina e os gastos relacionados a operação e manutenção usina; e (ii) Despesas operacionais: são os gastos relacionados à administração da Companhia representando diversas atividades gerais atribuíveis às fases do negócio tais como pessoal administrativo, remuneração da administração, provisão para crédito de liquidação duvidosa e provisões judiciais, regulatórias e administrativas. Segue abaixo o detalhamento dos gastos operacionais, de acordo com a sua natureza, conforme requerido pelo CPC 26 (R1):

	Nota	2017		2016				
		Custo do serviço	Despesas operacionais	Custo do serviço	Despesas operacionais			
		Com energia elétrica	Da produção	De operação	Gerais e administrativas	Outras	Total	Total
Energia elétrica comprada para revenda	21.1	245.655					245.655	57.640
Encargos de uso da rede elétrica		69.491					69.491	64.409
Custo da matéria-prima consumida	22.1		763.679				763.679	599.527
Ressarcimento por indisponibilidade	22.2			25.533			25.533	(95.515)
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada	22.3			35.829	9.831		45.660	41.800
Material				19.411			19.411	17.138
Serviços de terceiros	22.4			41.027	6.222		47.249	47.232
Depreciação				161.182			161.182	154.562
Amortização				3.413			3.413	3.312
Provisões civis, fiscais e trabalhistas						15	15	39
Aluguéis e arrendamentos				5.154		153	5.307	3.573
Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens						591	7.471	(66.468)
Outras		521		12.264		297	3.013	16.095
Total		315.667	763.679	303.813	16.503	3.619	1.403.281	846.158

22.1 Custo da matéria-prima consumida
A variação no exercício é decorrente, principalmente, em função do crescimento no preço médio de aquisição do carvão de R\$261/ton em 2017 em contrapartida de R\$186/ton em 2016, compensados pela redução do custo com transporte do carvão por caminhão.

22.2 Ressarcimento por indisponibilidade

A variação no exercício é decorrente, principalmente, da reversão da provisão do ressarcimento por indisponibilidade, relativa à média móvel dos 60 meses, reflexo da melhora operacional da usina, especialmente durante o 1º semestre.

22.3 Pessoal e Administradores

	2017	2016
Pessoal		
Remuneração	23.865	22.480
Encargos	8.580	8.166
Previdência privada - Corrente	99	154
Benefício Pós-emprego - Previdência Privada - Déficit ou superávit atuarial		394
Programa de demissão voluntária	4	308
Despesas rescisórias	961	853
Participação no Lucros e Resultados - PLR	3.318	2.476
Outros benefícios - Corrente	6.928	5.576
	44.149	40.013
Administradores		
Honorários e encargos	1.339	1.766
Benefícios dos administradores	172	21
	1.511	1.787
	45.660	41.800

22.4 Serviços de terceiros

	2017	2016
Serviços de consultoria	2.806	5.053
Serviços de manutenção	29.685	27.223
Serviços de limpeza e vigilância	7.471	6.111
Serviços de informática	1.684	1.601
Serviços de transporte	4.724	7.034
(-) Crédito de COFINS	(526)	(675)
(-) Crédito de PIS	(114)	(147)
Outros	1.519	1.032
	47.249	47.232

23 Resultado financeiro

	Nota	2017	2016
Receitas financeiras			
Juros e variações monetárias			
Renda de aplicações financeiras e cauções		9.217	22.923
Energia vendida		1.865	4.298
Juros e multa sobre tributos	6	1.601	33
Outros juros e variações monetárias		44	279
Variações em moeda estrangeira		1.200	132.796
(-) Tributos sobre Receitas financeiras		(1.691)	(1.449)
Outras receitas financeiras		381	4.599
		12.617	163.479

Despesas financeiras

	Nota	2017	2016
Encargos de dívida		23.1	
Empréstimos e financiamentos		16.2	(137.088)
Debêntures		15.2	(42.765)
Variações em moeda estrangeira		16.2	(2.281)
Operações de Swap e hedge		16.2 e 26.1.4	(14.042)
Juros e variações monetárias			(335.161)
Provisões civis, fiscais e trabalhistas			(7)
Variações em moeda estrangeira	18.1.1	(30)	(4.359)
Operações de Swap e hedge		26.1.4	(2.103)
Ajustes a valor presente			(1.007)
Outras despesas financeiras			(3.700)
		(203.046)	(551.248)
		(190.429)	(387.769)

23.1 Encargos de dívida

A redução dos encargos de dívida é decorrente dos seguintes fatores: (i) redução no exercício das taxas de juros médias (CDI e TJLP); (ii) redução dos saldos de principal da dívida, dada a liquidação do financiamento junto ao BID em dezembro de 2016, conjuntamente com os pagamentos regulares ao BNDES; e (iii) liquidação dos derivativos NDFs (*Non Deliverable Forward*) e swaps contratados para proteção das variações do USD e da Libor vinculadas ao contrato liquidado junto ao BID.

24 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda registrado no resultado é calculado com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado) às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente (15%, acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R\$240 anuais). A contribuição social registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado) por meio da aplicação da alíquota de 9%. Ambos consideraram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real, quando aplicável. As despesas com imposto de renda e Contribuição Social compreendem os impostos correntes e diferidos, sendo reconhecidos no resultado exceto aqueles que estejam relacionados a tens diretamente reconhecidos no Patrimônio líquido.

	2017	2016
Resultado antes dos tributos sobre o Lucro	112.050	(41.252)
Alíquota	34%	34%
IRPJ e CSLL	(38.097)	14.026
Ajustes para refletir a alíquota efetiva		
IRPJ e CSLL sobre adições e exclusões permanentes		
Doações	(14)	(9)
Outras	(86)	(164)
IRPJ e CSLL diferidos não reconhecidos		(2.174)
Ajustes decorrentes de exercícios sociais anteriores	(99)	
Despesa de IRPJ e CSLL	(38.296)	11.679
Alíquota Efetiva	34,2%	28,3%

25 Resultado por ação

O resultado básico por ação da Companhia para os exercícios apresentados é calculado pela divisão do resultado atribuível aos titulares de ações ordinárias da Companhia pelo número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas. Nos exercícios de 2017 e 2016, a Companhia não operou com instrumentos financeiros passivos conversíveis em ações próprias ou transações que gerassem efeito diluível ou antidiluível sobre o resultado por ação do exercício. Dessa forma, o resultado "básico" por ação que foi apurado para o exercício é igual ao resultado "diluído" por ação segundo os requerimentos do CPC 41. O cálculo do resultado "básico e diluído" por ação é demonstrado na tabela a seguir:

	2017	2016
Resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas	73.754	(29.573)
Média ponderada do número de ações ordinárias em poder dos acionistas controladores (mil)	3.007.811	2.327.860
Resultado básico e diluído por ações (reais/ação)	0,02452	-0,01270

26 Instrumentos financeiros e gestão de riscos

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar crédito, liquidez, segurança e rentabilidade. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição aos riscos financeiros (câmbio, taxa de juros e etc.), a qual é reportada regularmente por meio de relatórios de risco disponibilizados à Administração.

Em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, e com base nas análises periódicas consubstanciadas nos relatórios de risco, são definidas estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros, as quais são aprovadas pela Administração, para operacionalização da referida estratégia. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas comparadas às condições vigentes no mercado por meio de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que a atualização das

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

26.2.5 Gestão de capital

Os objetivos da Administração ao administrar o capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações, por exemplo, para reduzir o nível de endividamento.

	31/12/2017	31/12/2016
Total dos empréstimos e debêntures	1.789.574	1.869.339
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(29.582)	(131.278)
Dívida líquida	1.759.992	1.738.061
Total do Patrimônio Líquido	2.174.107	2.100.353
Total do capital	3.934.099	3.838.414
Índice de alavancagem financeira - %	44,74%	45,28%

27 Demonstrações dos Fluxos de Caixa

27.1 Atividades de financiamento

Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, seguem abaixo as mudanças ocorridas nos ativos e passivos decorrentes das atividades de financiamento, incluindo os ajustes para conciliar o lucro:

	Notas	Saldo em 31/12/2016	Efeito caixa	Efeito não caixa			Saldo em 31/12/2017
				Variação monetária e cambial	Ajuste a valor de mercado	Adições/Baixas	
Cauções e depósitos vinculados	10	10.366				(10.366)	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	15 e 16	1.869.339	(275.941)	8.248	2.497	185.431	1.789.574
		1.879.705	(275.941)	8.248	2.497	175.065	1.789.574

27.2 Transações não envolvendo caixa

Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, as transações de investimento e financiamento que não envolveram o uso de caixa ou equivalentes de caixa não devem ser incluídas na demonstração dos fluxos de caixa.

Para 2016, todas as atividades de investimento e financiamento que não envolveram movimentação de caixa e, portanto, não estão refletidas em nenhuma rubrica da demonstração do fluxo de caixa, estão demonstradas abaixo. Em 2017, não houve transações nas atividades de investimento e financiamento que não envolveram movimentação de caixa.

	31/12/2016
Provisão para custos com licença ambiental no intangível	8.353
Total	8.353

28 Compromissos contratuais e Garantias

28.1 Compromissos contratuais

Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia apresenta os compromissos contratuais, não reconhecidos nas demonstrações financeiras, apresentados por maturidade de vencimento.

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal da atividade operacional da Companhia, inclusive aqueles compromissos contratuais que ultrapassam a data final da concessão, atualizados com as respectivas taxas projetadas e ajustados ao valor presente pela taxa que corresponde o custo médio de capital (WACC) do Grupo EDP.

	31/12/2017					31/12/2016
	2018	2019 a 2020	2021 a 2022	A partir de 2023	Total Geral	Total Geral
Responsabilidades com locações operacionais	67.421	22.880	414	41	90.756	84.994
Obrigações de compra						
Compra de Energia	2.874	5.023	2.221		10.118	
Materiais e serviços	305.607	408.656	40.970	19.622	774.855	624.348
Juros Vincendos de Empréstimos e Financiamentos	132.559	202.215	85.030	39.355	459.159	590.441
	508.461	638.774	128.635	59.018	1.334.888	1.299.783

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Miguel Nuno Simões Nunes Ferreira Setas Presidente	Luiz Otavio Assis Henriques Vice-Presidente	Henrique Manuel Marques Faria Lima Freire Conselheiro	Miguel Celso Mateos Valles Conselheiro	Álvaro Jorge Guerreiro de Sousa Conselheiro	Carlos Emanuel Baptista Andrade Conselheiro
--	---	---	--	---	---

DIRETORIA

Luiz Otavio Assis Henriques
Diretor-Presidente

Dione da Silva Freitas
Diretor Administrativo e Financeiro

Lourival Teixeira dos Santos Sobrinho
Diretor de Construção e Operação

André Luís Nunes de Mello Almeida
Diretor de Contabilidade, Tributos e Gestão de Ativos
Leonardo Nery dos Santos
Gestor Contabilidade UNG e FT
Contador - CRC 1SP 261342/O-2 "S" CE

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas
Porto do Pecém Geração de Energia S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Porto do Pecém Geração de Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Porto do Pecém Geração de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, no julgamento profissional do auditor, foram os mais significativos na auditoria do exercício corrente. O assunto abaixo foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esse assunto.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Recuperabilidade de tributos diferidos ativos (Nota 7) Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia possui registrado R\$ 479.562 mil em impostos diferidos ativos fundamentados na expectativa de geração de lucros tributáveis, considerando os limites de compensação de 30% do lucro tributável para compensação anual de prejuízos fiscais, conforme legislação vigente. Consideramos essa como uma área de foco de auditoria em função da complexidade da legislação tributária e em função de a avaliação realizada pela administração da Companhia envolver premissas e julgamentos subjetivos na projeção de lucros tributáveis futuros, base para a constituição dos tributos diferidos ativos.	Como resposta de auditoria executamos, entre outros, os procedimentos de auditoria descritas a seguir. Com o apoio de nossos especialistas de corporate finance, analisamos e questionamos as previsões de fluxo de caixa futuro e o processo usado em sua elaboração, acompanhamos a aprovação desse processo pelos órgãos de governança, bem como questionamos as principais premissas utilizadas, solicitando análises e estudos que deram base para as estimativas mais críticas, confrontando com as entidades comparáveis. Com o apoio de nossos especialistas tributários, testamos as bases de cálculo dos prejuízos fiscais e da base negativa de contribuição social, bem como das diferenças temporárias, confrontando-as com as escriturações fiscais correspondentes. Consideramos que as premissas adotadas pela Administração são razoáveis e os dados e informações por nós observados são consistentes com as divulgações em notas explicativas.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, seguindo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem os mesmos compromissos contratuais demonstrados acima, todavia, estão atualizados com as respectivas taxas na data-base de 31 de dezembro de 2017, ou seja, sem projeção dos índices de correção, e não estão ajustados a valor presente.

	31/12/2017				31/12/2016	
	2018	2019 a 2020	2021 a 2022	A partir de 2023	Total Geral	Total Geral
Responsabilidades com locações operacionais	53.230	18.906	371	42	72.549	69.922
Obrigações de compra						
Compra de Energia	2.269	4.221	1.984		8.474	
Materiais e serviços	241.281	341.944	36.761	20.674	640.660	530.122
Juros Vincendos de Empréstimos e Financiamentos	121.834	204.364	107.850	63.910	497.958	744.285
	418.614	569.435	146.966	84.626	1.219.641	1.344.329

28.2 Garantias

Tipo de garantia	Modalidade		31/12/2017	31/12/2016
	Depósito Cauionado	Ações judiciais	Empréstimos e financiamentos	377
Fiança bancária			115.680	128.221
Fiança Corporativa	Fornecedor	Debêntures	26.615	2.000
			334.134	332.474
Notas Promissórias		Empréstimos e financiamentos	1.186.606	1.293.551
Penhor de Ações		Empréstimos e financiamentos	3.007.811	3.007.811
Penhor de Direitos		Empréstimos e financiamentos	1.040.622	1.149.725
Seguro garantia	Ações judiciais		91.947	66.766
			5.803.792	5.991.261

29 Cobertura de Seguros

A Companhia mantém apólices de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas e regidas por norma de contratação e manutenção de seguros aprovado pela Diretoria do Grupo EDP - Energias do Brasil. A contratação de seguros leva em consideração a natureza e o grau de risco por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão das demonstrações financeiras e consequentemente, não foram auditadas pelos auditores independentes. Os principais valores em risco com coberturas de seguros são:

	31/12/2017		31/12/2016	
	Valor em risco	Límite máximo de indenização	Valor em risco	Límite máximo de indenização
Subestações	42.497	42.497	41.869	32.591
Usina	2.971.684	1.323.200	3.535.673	1.466.595
Responsabilidade civil	50.000	50.000	50.000	50.000
Transportes (materiais)	116.174	13.732	39.591	13.536
Transportes (veículos)	1.600	1.600	1.600	1.600
Seguro de vida	28.491	(*) 40.220	(*)	(*)
Lucros cessantes	785.305	446.580	855.758	570.342

(*) O valor de indenização será de 24 vezes o salário do colaborador, sendo o limite máximo de R\$700 até o cargo de diretor. Para os cargos de vice-presidente e presidente o limite máximo é de R\$ 1.389.

A Companhia possui seguro patrimonial da usina onde, dentre os itens segurados, destacam-se: máquinas e equipamentos de geração e transmissão de energia elétrica.

A EDP - Energias do Brasil possui cobertura de Responsabilidade Civil de administradores e diretores, estendida para a Companhia, com o limite de até R\$82.705.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2018


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Valdir Renato Coscodadi
Contador CRC 1SP165875/O-6